

- CXXII -**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA EM
MATO GROSSO DO SUL: PROCESSOS E PRÁTICAS EM
UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Giselle Cristina Martins Real
UFGD (Brasil)
gisellereal@ufgd.edu.br

Carina Elisabeth Maciel
UFMS (Brasil)
carina22em@gmail.com

Ana Maria Ribas
UFMS (Brasil)
anaribasprof@gmail.com

Introdução

Este texto apresenta resultados da pesquisa “Institucionalização da Educação Superior a Distância nas Universidades Federais da Região Centro-Oeste: processos, organização e práticas”, referentes ao contexto do estado de Mato Grosso do Sul.

O foco empírico, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul, é justificado pelo pioneirismo de instituições federais dessa região na oferta de Educação a Distância (EaD).

Visa responder ao seguinte problema: Como se institucionaliza a EaD nas universidades federais de Mato Grosso do Sul?

Para essa resposta adotou-se o estudo de caso múltiplo, tendo como fontes primárias: documentos coletados nas próprias instituições de educação superior (IES), questionários e entrevistas com os gestores institucionais¹.

Entende-se que compreender o processo de institucionalização da EaD é “informar as regras do jogo e como o jogo é jogado” (LIMA, 2013, p. 51), tendo como parâmetro as fases adotadas por Kesar e Sam (2012). Portanto o objetivo do presente texto é explicitar os processos e as práticas de institucionalização da EaD no contexto de cada uma das universidades em tela, buscando contribuir para a avaliação das políticas em curso.

O presente texto está subdividido em duas seções, além das considerações finais.

¹ As entrevistas e questionários foram aplicados no período de agosto de 2016 a junho de 2017, destinados aos responsáveis pela EaD, reitor, vice-reitor e pró-reitores. Os procedimentos seguiram os parâmetros aprovados pelo comitê de ética da Universidade Federal de Goiás.

Processos e práticas de institucionalização da EaD na UFMS

A EaD na UFMS é engendrada em 1991 com a constituição do Grupo de Apoio ao Ensino de Ciências e Matemática no 1º Grau. O grupo era composto por docentes que vislumbravam a criação de um time interdisciplinar para a oferta de cursos aos professores da educação básica na modalidade EaD.

No final da década de 1990, iniciaram as primeiras experiências com cursos de extensão e de especialização, no âmbito da Assessoria de Educação Aberta e a Distância, em plataformas virtuais na linguagem PHP. A utilização de ambientes virtuais de aprendizagem – AVA na educação a distância da UFMS firmou-se nos anos de 2000, por meio da Coordenadoria de EaD.

Entre os anos de 2009 a 2014, a modalidade de EaD da UFMS, vivenciou um período de auge e expansão em todos os níveis da formação e, a partir de janeiro de 2017, deixou de ser Coordenadoria, passou a ser Secretaria de Educação a Distância e Formação de Professores – SEDFOR (UFMS, 2017).

A SEDFOR está diretamente ligada à Faculdade de Educação e se constitui por professores do quadro institucional e por equipe de professores e tutores a distância, os quais são selecionados por chamada pública para integrar as equipes docentes por tempo determinado durante a oferta das disciplinas.

O contexto de expansão da EaD articula-se com o financiamento dos cursos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A partir de 2015, evidencia-se diminuição da oferta. Esse arrefecimento do financiamento da UAB expõe a fragilidade na relação de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade das ações pedagógicas.

É notório que a integração da UFMS ao Sistema UAB possibilitou a ampliação da oferta de vagas e o aumento das atividades no AVA e em outras mídias. Entretanto, o MEC é o principal e único responsável pelo fomento.

Os gestores institucionais ressaltam que a principal dificuldade enfrentada pela instituição para a oferta da EaD é a dependência de financiamento pela UAB, o que não corrobora para adoção de normas e incorporação da cultura da modalidade a distância na instituição, fatores primordiais para a institucionalização, conforme os estudos de Kesar e Sam (2012).

Assim, as práticas da EaD na UFMS emergem de ações isoladas e, ao mesmo tempo, de experiências de gestão enfraquecidas à medida que gestores reforçam a dificuldade de planejamento coletivo e a existência de grupos distintos dentro da própria instituição, com docentes a favor da EaD e outros a favor dos cursos presenciais. Tais posturas corroboram para que a referida modalidade não seja incorporada na cultura organizacional da instituição.

Processos e práticas de institucionalização da EaD na UFGD

A criação da EaD na UFGD ocorre, em 2010, com a adesão à UAB. Para o seu desenvolvimento, o quadro de pessoal foi composto por dois docentes efetivos, sendo os demais contratados por meio de bolsas concedidas pelo MEC (UFGD-RG, 2012).

Os processos de contratação e de formação do quadro técnico e pedagógico ocorreram anualmente, ampliando o seu quantitativo de acordo com a oferta dos cursos, sendo que entre os bolsistas havia servidores e estudantes de pós-graduação com vínculos efetivos com a instituição, conforme consta nos relatórios anuais de gestão institucional.

Em 2013, a UFGD passa a ofertar o curso de Bacharelado em Letras/Libras. Conforme informações prestadas pela Diretora da EaD, esse curso se enquadrou nas disposições do Plano Nacional dos direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limites do governo federal.

Esse programa visava à formação de tradutores e intérpretes para a Língua Brasileira dos Sinais. Para tanto, as instituições cujas propostas fossem aprovadas receberiam vagas de docentes e de técnicos, além de recursos de fomento para o curso, sendo os recursos maiores para as propostas de EaD.

A partir desse processo de expansão, em 2014, houve a alteração da estrutura organizacional do setor que passou de Diretoria para Faculdade².

Com essa aprovação, houve a locação, pela Instituição, de um prédio destinado à EaD, bem como se buscou a construção de um prédio próprio, a qual atualmente está parada, por falta de recursos financeiros, conforme apontado nos depoimentos dos gestores institucionais.

Paralelamente a esse processo, a direção da EaD buscou sua inserção no contexto institucional, oferecendo cursos e instrumentalizando servidores efetivos para a utilização do *moodle*, AVA adotado pela UAB, junto aos cursos presenciais.

Esse processo contribuiu com condições favoráveis para a participação de representantes da Faculdade de EaD junto aos órgãos colegiados superiores da IES.

Conclusões

A EaD pública federal em Mato Grosso do Sul é caracterizada em sua prática pelo *design* organizacional e instrucional da UAB, o que viabilizou expansão e estruturação da EaD junto às universidades, promovendo a injeção de recursos e a efetivação de novos docentes para seus quadros.

² A nova estrutura foi aprovada por meio da Resolução COUNI nº. 98 de 14 de agosto de 2014.

Por outro lado, a centralidade da UAB promoveu a dependência das universidades aos recursos federais, os quais a partir de 2015, com o arrefecimento financeiro, sofrem limitações.

Nota-se que o sistema UAB não conseguiu romper com a segregação dos cursos EaD em relação aos presenciais, basicamente por: promover a presença de contratos precários, com pagamento por meio de bolsas; e, determinar prazos, que culminam com calendários distintos para ambas modalidades de cursos. Esse processo ocorreu de forma mais intensa na UFMS, embora presente na UFGD em menor escala, uma vez que esta conseguiu mobilizar seus representantes junto aos seus órgãos colegiados superiores.

Pode-se considerar que a regra do jogo para a EaD é dada pelo MEC, que ao deter as formas de financiamento tem o poder de induzir expansão ou, ao contrário, retração.

Nesse sentido, a partir de Kesar e Sam (2012), pode-se inferir pela inexistência da institucionalização da EaD nessas universidades, que se encontram na fase da “mobilização”, com processos e práticas eivados de conflitos e estratégias de planejamento fragmentadas, com pouca inserção nos espaços de decisão coletiva.

Referências

LIMA, D. da C. B. P. **Políticas públicas de EaD no ensino superior: uma análise a partir das capacidades do Estado**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Tese (doutorado).

KESAR, A.; SAM, C. Strategies for implementing and institutionalizing new policies and practices: understanding the change process. In: KESAR, Adrianna (Ed.). **Embracing non-tenure track faculty**: changing campuses for the new faculty majority. New York: Routledge, 2012. pp. 28-53.

UFGD-RG. Relatório de Gestão da Universidade Federal da Grande Dourados. **UFGD-RG 2012**. Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/reitoria/prestacao-de-contas/inicio>>. Acesso em: 01 jul 2017.

UFMS. Histórico da Educação a Distância. **2017**. Disponível em : <<https://sedfor.ufms.br/historico/>>. Acesso em 29 dez 2017.